

Os pobres como efetividade da misericórdia de Deus

The poor as the effectiveness of God's mercy

Paulo Sérgio Lopes Gonçalves¹

Resumo

Objetiva-se neste artigo realizar uma análise teológica da efetividade da misericórdia de Deus no *locus* dos pobres, a partir da motivação trazida pelo papa Francisco em alguns de seus escritos e de alguns outros escritos teológicos. Justifica esse objetivo que a categoria misericórdia, evocada pelo papa Francisco desde o início de seu pontificado e principalmente ao realizar o *Ano da Misericórdia* (2015-2016), é intrínseca a Deus e irradia no mundo, no ser e na Igreja a partir do lugar dos pobres, compreendidos em sua tríplice dimensão: materialidade, espiritualidade e responsabilidade ética. Dessa forma, a misericórdia se efetiva no espaço da pobreza, fundamentalmente em três instâncias, a espiritualidade, a práxis histórica e a teologia. Tem-se, então, uma espiritualidade da misericórdia, que é o fio condutor genuflexório para o perdão e a reconciliação, a compaixão e o impulso missionário à solidariedade; uma práxis histórica de libertação integral do ser humano e uma teologia que principia na misericórdia, tornando um *intellectus fidei* em forma de *intellectus amoris et iustitiae*. Para atingir esse objetivo, decifrar-se-á hermeneuticamente o significado de pobres, conceituar-se-á a misericórdia e aplicar-se-á a misericórdia no *locus* dos pobres nas instâncias da espiritualidade, da práxis e da teologia.

Palavras-chave

Misericórdia. Pobres. Deus. Teologia.

Abstract

The objective of this article is to carry out a theological analysis of the effectiveness of God's mercy in the *locus* of the poor, based on the motivation brought by pope Francis in some of his writings and some other theological writings. This objective is justified by the fact that the category of mercy, evoked by pope Francis since the beginning of his pontificate and especially in the realization of the *Year of Mercy* (2015-2016), is intrinsic to God and radiates in the world, in the being and in the Church from the place of the poor, understood in its triple dimension: materiality, spirituality and ethical responsibility. In this way, mercy is made effective in the space of poverty fundamentally in three instances: spirituality, historical praxis and theology. We have, then, a spirituality of mercy that is the kneeling thread for forgiveness and reconciliation, compassion and the missionary impulse to solidarity; a historical praxis of the integral liberation of the human being and a theology that begins in mercy, making *intellectus fidei* in the form of *intellectus amoris et iustitiae*. To achieve this goal, the meaning of the poor will be hermeneutically deciphered, mercy will be conceptualized, and mercy will be applied to the locus of the poor in the instances of spirituality, praxis, and theology.

Keywords

Mercy. Poor. God. Theology.

¹ Doutor em Teologia pela Pontifícia Università Gregoriana. Mestre em Teologia pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Bacharel em Teologia e em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Pós-doutorado em Teologia na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) e em Filosofia na Universidade de Évora. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC-Campinas. Contato: paselogo@puc-campinas.edu.br.

INTRODUÇÃO

Objetiva-se neste artigo analisar teologicamente a efetividade da misericórdia de Deus no *locus* dos pobres, segundo a perspectiva do papa Francisco. Esse objetivo é justificável por três fatores. O primeiro é o que *Ano da Misericórdia*, lançado por Francisco ao final de 2015, trouxe à tona uma categoria teológica que fundamenta um *intellectus fidei* incisivo na práxis histórica de libertação integral. A misericórdia é um princípio fundamental para a ação compassiva, solidária, fraterna, reconciliadora e efetivadora da justiça e da paz. Ela se torna luz para a Igreja se situar no mundo, articulando a fé com um *locus* social e histórico que seja contundente, pertinente e relevante ao próprio Evangelho. E aqui se situa o segundo fator: o *locus* dos pobres. A Teologia contemporânea, especialmente na forma libertadora, conjugada ao magistério eclesial, tem articulado epistemologicamente a fé cristã com o *locus* dos pobres, compreendido como lugar privilegiado da revelação de Deus em seu filho Jesus Cristo. Nesse sentido, a opção pelos pobres é uma opção “cristocêntrica” (BENTO XVI, 2007), que se tornou mundial (SRS 40-44) e aponta um caminho que atende a epocalidade histórica da Igreja em sua relação com o mundo contemporâneo, principalmente no continente latino-americano e caribenho, que se ampara no Concílio Vaticano II, o qual já trazia à tona o espírito de uma “Igreja dos pobres” (JOÃO XXIII, 1962). A pobreza há de ser conceituada nos níveis do material histórico-social, da espiritualidade e do compromisso compassivo e solidário com os pobres do primeiro nível. Por indicar um *status spiritualis* e compromisso real com os pobres, a pobreza irradia misericórdia, aguçando a sensibilidade, que propicia a compaixão, a solidariedade e a ternura. Então, aqui se situa o terceiro fator: o ser da misericórdia realizado no *status* da pobreza, compreendida em sua globalidade tripartida, pois, para levar a cabo a misericórdia, é necessário despojamento, humildade – no sentido de descer ao húmus – e impulso para sentir a dor do outro, que é o pobre oprimido, marginalizado e destituído ontologicamente, para dispensar ternura e para ativar a solidariedade, tendo em vista a fraternidade universal, a justiça e a paz. Não se trata de um mero aparato ético, mas teológico e teocêntrico, por pertencer ao próprio Deus, que se revela como misericordioso, em sua compaixão, solidariedade, ternura e justiça para com os pobres.

Para atingir esse objetivo, desenvolver-se-á o conceito de pobres, de misericórdia em Francisco e sua efetividade no *locus* dos pobres, concebidos no contexto teológico latino-americano e caribenho.

1 O PROBLEMA DOS POBRES NA TEOLOGIA

Em toda a sua história, o cristianismo sempre foi uma Igreja constituída de pobres, com os pobres e para os pobres, a fim de que, a partir deles, pudesse ser a Igreja de todos. Nesse sentido, os pobres se constituem em um *locus* da própria revelação de Deus, de constituição da Igreja e de ponto de partida de sua ação evangelizadora e pastoral (BOFF; PIXLEY, 1987). A história da Igreja é marcada por seu envolvimento com os pobres, constituindo com eles

Os pobres como efetividade da misericórdia de Deus

comunidades cristãs, efetuando práticas de caridade em forma de solidariedade, hospitalidade com imigrantes e migrantes, cuidado com os enfermos, empenho pela justiça social, busca de construção da política como bem comum (PAGLIA, 1994).

A atenção aos pobres coloca à Teologia o problema da relação entre teoria da fé e práxis histórica, que ganhou intensamente corpo teórico a partir da renovação teológica no século XX, principalmente com as teologias evocativas da práxis histórica, consolidadas na *theologia mundi* do Concílio Vaticano II, que se tornou o fundamento do pluralismo teológico emergente e desenvolvido posteriormente a esse grande evento. Nesse sentido, a adaptação do concílio na América Latina foi efetivada na II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em Medellín (Colômbia), em 1968, e na emergência da teologia da libertação concebida por Gustavo Gutiérrez (1971), que se consolidou epistemologicamente como uma teologia reinocêntrica, e da libertação integral do ser humano, que abarca todos os tratados teológicos, constituindo-se como uma teologia sistemática, intitulada *Mysterium liberationis* (GONÇALVES, 1997), que foi aprofundada como complexo teórico com as dimensões feminina, cultural e ecológica (GONÇALVES, 2007).

Por se constituir de complexidade epistêmica, a teologia da libertação possui vertentes, que são formas próprias de fazer teologia de libertação, além de estar inserida no conjunto das teologias que realçam a pertinência e a relevância da práxis histórica na articulação com a fé cristã. No âmbito dessas vertentes, está a teologia do povo, elaborada por teólogos argentinos – especialmente, na primeira geração, Lucio Gera e Rafael Tello e, na segunda geração, Juan Carlos Scannone – e assumida por Jorge Mario Bergoglio, quando era membro da comunidade dos jesuítas, sendo incorporada em seu magistério pontifical (SCANNONE, 2017), mediante o uso de determinadas expressões, tais como “povo fiel de Deus” e “cultura do encontro”, que frequentemente são usadas por Francisco em sua exortação apostólica *Evangelii gaudium* (2013).

No âmbito epistemológico, a categoria *pobres* é concebida em três dimensões. A primeira dimensão é referente à materialidade histórica, econômica, política, social, cultural, religiosa, étnica, pedagógica e de gênero, trazendo à tona as diversas situações de opressão, marginalização, exclusão e morte prematura. Desse modo, pobres são as pessoas que são exploradas em sua força de trabalho – baixos salários, mantidos em situações de subemprego, de trabalho escravo – que vivem historicamente sob a “injustiça estrutural” (DP 509), que são vítimas da “violência institucionalizada” (DM 2, 16), que vivem nas periferias existenciais sociais e pessoais, que sofrem preconceitos e discriminações diversas. Situam-se, também nessa pobreza, as mulheres que são vítimas do machismo e de outras formas de discriminação, são as pessoas homoafetivas que sofrem violência física, simbólica e verbal, as crianças que passam fome, desnutrição e sofrem violências físicas e simbólicas; são as pessoas idosas que sofrem exclusão em função dos critérios de produtividade social e que não são reconhecidas por seu histórico e sua sapiência, e que ainda são colocadas em abrigos, nem sempre preparados para o

acolhimento e o cuidado; são as pessoas que sofrem preconceitos e discriminações religiosas ou propriamente instituições religiosas que são colocadas à margem política e socialmente. O povo que sofre com autoritarismo e manipulações políticas, com violência militar, com ordenamento jurídico, marcado por corrupção, com direcionamentos milicianos, com a presença do narcotráfico, também é um povo materialmente pobre, que vive a opressão, carece e clama por libertação.

A segunda dimensão de pobreza é a espiritual, em que espírito não é sinônimo de problemas da alma, nem oposição ao que é material e, tampouco, é uma referência ao subjetivismo ou a algo separado da história do ser humano e do mundo. Essa pobreza indica um *status spiritualis* e um *modus vivendi* correspondente ao despojamento, desprendimento, à humildade e a ter um estilo simples de vida, isento de esbanjamento e extravagância econômica, social e religiosa. Trata-se de uma pobreza que denota relações marcadas por alteridade que possibilita a compreensão da existência do outro, em sua “autrement” (RICOEUR, 1997) e identidade própria que merece respeito e interpelação à convivência comunitária. Nessa pobreza, não cabe o individualismo nem o consumismo, mas tão somente o que é benéfico e justo para todas as pessoas que constituem a *communio*. Nesse sentido, a alteridade é fundamental, para que o respeito e a responsabilidade para com a “diferença” (GONÇALVES, 2020b, p. 529) sejam efetivos e marcantes para um novo *modus vivendi*. Nessa pobreza, a oração e toda celebração litúrgica se desenvolvem na esteira comunitária, em que, mesmo no âmbito pessoal, sempre os pedidos e os agradecimentos estarão voltados para o que é o bem comum, para o emprego do pronome *nós*, que constitui a essência de uma pobreza espiritual, que encontra no próprio Jesus Cristo o seu exemplo, uma vez que, sendo rico em divindade, assumiu a pobreza humana, ao assumir a carne e a história dos seres humanos.

A pobreza como compromisso com os pobres é o desenvolvimento da pobreza espiritual em relação à pobreza material, mediante a realização da misericórdia – que, na teologia da libertação, significa a constituição de um *principium* para a construção de um *intellectus amoris et iustitia* (SOBRINO, 1992) – em forma de compaixão, solidariedade, justiça, paz, fraternidade, diálogo e ternura. Trata-se então da compaixão e da solidariedade para com os pobres em todo tipo de sofrimento, possibilitando também a abertura de espaço para que a força histórica dos pobres (GUTIÉRREZ, 1984) se constitua de maior densidade, de empenho pela efetividade da justiça e pela construção de uma cultura de paz e de realização da fraternidade. Essa força densa propicia o empenho para que haja comunhão e participação na comunidade cristã, o movimento favorável ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso, a fim de que sejam superadas as formas de proselitismo e de “guerras religiosas”, e mantidas a ternura e o cuidado para com a vida do pequeninos e da própria Terra – a “casa comum” (LS 1) – que grita de dor e reclama a efetivação de uma “ecologia integral” (LS 137), em que se realizam a interdependência, a complementaridade e a interconexão de todos seres vivos, e desses com as diferentes formas de vida.

Os pobres como efetividade da misericórdia de Deus

Essas três formas de pobreza são maneiras reais de conceber fielmente a própria revelação de Deus, que é histórica à medida que o próprio Deus agiu em favor da humanidade e do mundo criado, sendo a plenitude de sua revelação Jesus Cristo, seu filho, que se encarnou e assumiu a história dramática da humanidade em todas as suas dimensões, exceto o pecado. Por isso, é epistemologicamente plausível e legítima a articulação entre Deus e pobreza, porque, ao se revelar na história e na carne da humanidade, tendo os pobres como o seu *locus* histórico, Deus se fez pobre com os pobres e, a partir dos pobres, destinou-se salvificamente a todos os seres humanos (FRANCISCO, 2014, p. 25-38).

2 A MISERICÓRDIA DE DEUS

A publicação da bula *Misericordiae vultus* (2015) confirmou a centralidade cristológica da misericórdia, ao iniciar-se com a frase contundente “Jesus é o rosto da misericórdia do pai”, evidenciando a vivacidade da misericórdia no mistério trinitário, já que Cristo é a revelação, por excelência, desse mistério. Trata-se de uma revelação que é *kenótica*, imbuída de caráter histórico e efetivamente teodramática, à medida que Deus se revela encontrando-se com a humanidade nos dramas da própria vida humana.

Essa revelação de Deus em Cristo, por excelência, é constituída de etapas veterotestamentárias que já testemunhavam a misericórdia de Deus. Assim sendo, Deus ouviu os clamores e viu a aflição dos escravos, sensibilizou-se por eles, indo ao seu encontro para libertá-los e dar-lhes uma terra de “leite e mel” (Ex 3,7), fazendo com eles uma aliança, dando-lhes a identidade de um povo: o povo de Deus e povo da aliança. No entanto, esse povo pratica a idolatria – em sua tríplice dimensão: religiosa, política e econômica – de modo a romper a aliança. Contudo, mostrando-se misericordioso, Deus manteve-se fiel e enviou seus profetas, para que proclamassem sua palavra viva, cortante e eficaz, de forma a denunciar a idolatria, perdoar esse povo, chamá-lo à conversão, visando à reconstituição da aliança. A misericórdia de Deus foi desenvolvida até mesmo em momento de ira divina diante da idolatria que levou o povo ao exílio da Babilônia. A sua ira é coroada de misericórdia à medida que Deus torna o exílio um espaço pedagógico de revisão de vida, de conscientização acerca da sua fidelidade e de escuta do seu chamado à conversão, à reconciliação e à reconstituição da aliança. Sua misericórdia se expressa na poesia profética do Trito-Isaías (Is 56-66), que proclama a palavra divina com esperança de um novo começo – em que o lobo e o cordeiro brincarão juntos, o leão vai comer feno com o boi, e a criança vai colocar a mão no buraco de cobra e não será picada – constitutivo de um sonho que se realiza com espírito penitencial e com nova organização, presente na reforma de Esdras e Neemias, visando viver os frutos da misericórdia de Deus. Essa mesma misericórdia encontra na literatura sapiencial um espaço para exprimir a grandeza do agir divino, ao perdoar as culpas, ao curar as enfermidades e ao resgatar a vida com graça e ternura (Sl 103). Esse Deus misericordioso é quem liberta os prisioneiros, dá vista aos cegos, levanta os abatidos, protege os estrangeiros, ampara o órfão e a viúva, ama a pessoa justa (Sl

145-147), é compassivo com o inocente que sofre – como no caso do livro de Jó – e se insere na existência humana para amparar pessoas angustiadas no tempo oportuno – conforme se designa no livro do Eclesiastes – e, ainda apocalipticamente, mostra-se um Deus da esperança, que possui um reino de justiça, onde vigoram os justos ressuscitados (PIXLEY, 2011).

Esse Deus misericordioso é revelado em Jesus e por Jesus, cujo rosto misericordioso individua o amor da Santíssima Trindade (FRANCISCO, 2015, p. 4). Dessa forma, em Jesus Cristo, Deus se revela como amor (1Jo 4,8.16), ao ter intensa compaixão da multidão (Mt 9,36), ao curar os doentes (Mt 14,14), ao ensinar a fraternidade na partilha dos pães e dos peixes – ou no milagre da multiplicação dos pães – ao sentir uma dor intensa em relação à viúva de Naim, que levava seu filho único para o sepulcro e, por conseguinte, fazendo-o ressuscitar da morte (Lc 7,15). Sua misericórdia é tão profunda, que, ao libertar o endemoninhado de Gerasa, confiou-lhe a missão de anunciar o feito misericordioso do Senhor por ele (Mc 5,19) e, ao fixar o olhar sobre Mateus, o publicano – também denominado de pecador – escolheu e chamou-o para ser seu discípulo e fazê-lo membro do grupo dos doze.

A misericórdia de Jesus é didática e pedagógica a ponto de dirigir-se aos seus discípulos e outras pessoas com parábolas, diversas delas, evocativas de misericórdia. Por essas parábolas, “Jesus revela a natureza de Deus como a de um pai que nunca se dá por vencido enquanto tiver dissolvido o pecado e superada a recusa com a compaixão e a misericórdia” (FRANCISCO, 2015, p. 5). Nesse sentido, o evangelista Lucas (15,1-32) propicia um conjunto de três parábolas da misericórdia: o da ovelha perdida, o da dracma perdida e a do pai que possui dois filhos. O núcleo dessas parábolas é a misericórdia divina, concretizada na busca pela ovelha e pela dracma perdidas, cujo sossego se efetiva quando são encontradas. O pai da terceira parábola é tão misericordioso que não impede o filho mais novo de ser livre para sair de casa e, quando o vê de longe em retorno, após seu exame de consciência e arrependimento, corre ao seu encontro, abraçando-o e cobrindo-o de beijos, antes mesmo da confissão do filho. Se não bastasse isso, o pai ainda manda vestir a melhor roupa no filho, colocar anel em um de seus dedos, pôr-lhe sandálias e dar uma festa com um novilho gordo, pois o pai se alegra com o resgate do filho, com sua volta, sua reconciliação e sua inclusão no convívio com outros seres humanos. A misericórdia adquire em Lucas também uma conotação social e humanista, especialmente presente na parábola do bom samaritano (Lc 10, 25-37), cuja narrativa mostra um ser humano que descia de Jerusalém para Jericó, foi abordado por assaltantes, que o arrancaram tudo o que possuía, espancaram-no e o deixaram quase morto, caído pelo chão. Pouco depois, passou por ali um sacerdote – que é uma autoridade religiosa, imbuída de prescrições morais e dogmáticas – e, quando viu aquele ser humano ferido, passou longe. Em seguida, veio um levita – que possuía autoridade social – que viu o sujeito humano ferido ao chão e passou para o outro lado do caminho. Essas duas autoridades não tiveram sensibilidade e nenhuma compaixão para com aquele ser humano caído em terra e ferido. No entanto, passou também um samaritano – considerado maldito e pecador pelos judeus – que, ao enxergar o homem ferido, parou, “moveu-

Os pobres como efetividade da misericórdia de Deus

se de compaixão” e se aproximou dele para tratar de suas feridas com óleo e vinho. Em seguida, colocou-o em seu próprio transporte – um animal – e o levou para uma hospedaria e ali cuidou dele. No dia seguinte, pagou o dono da hospedaria, recomendou-lhe que cuidasse do homem ferido e ainda se comprometeu, no retorno, a pagar o que gastasse a mais do que havia sido pago pela hospedagem e cuidados. A misericórdia aqui é expressão de compaixão, solidariedade e ternura por parte de quem social e religiosamente era marginalizado e excluído da moralidade e da dogmática sistêmicas, propiciando que o ferido fosse acudido e cuidado para ter sua vida resgatada. Para Jesus, quem pratica a misericórdia é feliz (Mt 5,7), pois supera o ressentimento (Ef 4,26), exalta o perdão e a interpelação à conversão – como no episódio da mulher pecadora que foi libertada da pena de morte por Jesus – e o próprio sacrifício se torna amoroso, como é o caso do sacrifício de Jesus na cruz. Ao ser crucificado, Jesus Cristo, filho de Deus, obedeceu ao pai, cumprindo a missão redentora e salvadora, entrando nas profundezas da história humana, inclusive com controvérsias e julgamentos sistêmicos, tanto no âmbito político quanto no religioso, e deu à cruz um sentido histórico-escatológico, pois, passando por ela e entrando na ultimidade da realidade humana, ressuscitou dos mortos e, em sua ressurreição, deu um novo destino a todos os seres humanos. Na paixão, morte e ressurreição de Jesus, está a radicalidade da misericórdia divina, pois nela se estampa o amor salvífico universal de Deus.

Ao efetivar a misericórdia de Deus, estando no interior da humanidade, assumindo sua carne e sua história, Jesus deixou aos seus discípulos a revelação divina, que se constitui um *depositum* de ensinamentos e testemunhos de fé apostólica e eclesial. A Igreja que brotou da relação de Cristo com os apóstolos, sob a inspiração do Espírito Santo e por vontade do pai, é mistério e sacramento universal de salvação, ou propriamente sacramento de Cristo, que é o sacramento do pai. Por isso, a Igreja também é chamada a ser a Igreja da misericórdia, *primeireando-se* (EG 24), constituindo-se em uma “Igreja em saída” (EG 20), para que, em sua ação evangelizadora e pastoral, não falte a compaixão, a solidariedade, a ternura, a fraternidade universal que derruba os muros que desunem os povos e que constrói as pontes da “amizade social” (FT 198) e interpessoal. Por isso, a Igreja há de ter consciência de sua própria identidade teológica: ela é mistério de comunhão, revelado como povo de Deus, todo ministerial e sacramento universal de salvação (LG 1-8), que possui índole escatológica e peregrina para, estando no mundo, relacionar-se com o mundo em sua contemporaneidade histórica, anunciando e testemunhando o Evangelho, que é Evangelho da misericórdia de Deus (FRANCISCO, 2015, p. 7).

A identidade misericordiosa da Igreja se situa na sua relação sponsal com Cristo e, sendo peregrina no mundo, há de comprometer-se com a nova evangelização, tendo um novo entusiasmo e uma opção pastoral renovada, cuja credibilidade se situa na vivacidade do anúncio e do testemunho da misericórdia. Por ser esposa de Cristo, a Igreja deve seguir o seu ensinamento de ser misericordiosa como é o pai e, conseqüentemente, ter a misericórdia como seu programa de vida. Por isso, ao ser peregrina, deve caminhar na história do mundo,

assumindo suas “alegrias e tristezas, angústias e esperanças” (GS 1), e partir do *locus* dos pobres, exercendo a compaixão, a solidariedade, empenhando-se pela justiça, produzindo uma cultura de paz e impulsionando a ternura e a fraternidade. Nesse sentido, a Igreja há de realizar as obras corporais e espirituais de misericórdia, mostrando-se ser a Igreja da proximidade com os sofredores, para reconhecer neles o próprio Cristo, sofredor, “chagado, flagelado, martirizado, desnutrido” (FRANCISCO, 2015, p. 9), que encontra nessa mesma Igreja hospitalidade e cuidado. Por isso, essa Igreja deve ser de desenvoltura sinodal, simples, despojada, de coração comunitário e efetivamente pobre, que, sem preconceitos, discriminações e burocracias, torna a realidade maior que a ideia, e o todo maior que a parte, de modo a ser realmente escatológica, com inserção na realidade histórica do mundo, para ser uma Igreja da misericórdia.

3 A EFETIVIDADE DA MISERICÓRDIA NO LOCUS DOS POBRES

Ao pensar teologicamente sobre a efetividade da misericórdia, evidencia-se a articulação entre a fé cristã e os pobres, concebidos respectivamente como *locus* epistêmico e *locus* histórico-espiritual. A fé como *locus* epistêmico é o lugar de escuta da fé em seu conteúdo objetivo da revelação que denota e interpela à sua própria realidade de fé revelada. Trata-se da *arché* presente na Escritura e na Tradição, que, tomadas meramente em seu sentido literal, propiciam a produção de uma teologia narrativa textual sem nexo hermenêutico, por sentir a ausência do espírito que subjaz e é intrínseco à letra dos textos. Por isso, é de fundamental importância que o *intellectus fidei* que escuta a fé revelada tenha sensibilidade pelo *locus* histórico – que foi consagrado como *locus theologicus* por Melchior Cano – no qual se situam os pobres em sua materialidade, espiritualidade e compromisso de compaixão, solidariedade e fraternidade (GUTIÉRREZ, 1990, p. 22-24).

Ao escutar a fé que afirma ser a misericórdia própria de Deus em seu movimento revelador, que tem Jesus Cristo como ápice e a Igreja como quem aprofunda a misericórdia em sua práxis evangelizadora e pastoral, constituindo-se toda como Igreja da misericórdia, torna-se necessário visualizar a efetividade da misericórdia no *locus* dos pobres. Para isso, essa efetividade há de ser apresentada em três pontos: a espiritualidade, a práxis e a teologia.

A espiritualidade da misericórdia remete a conceber a espiritualidade como vida segundo o Espírito de Deus, que suscita misericórdia e atitudes derivadas e denotativas da revelação de um Deus de misericórdia. Por isso, essa espiritualidade, originariamente, requer abertura ao próprio Deus, despojamento para senti-lo como outro absoluto, que, sendo sujeito livre e responsável, autocomunica-se com o ser humano, interpelando-o à comunhão, pois nele repousa e irradia misericórdia. Por ser toda misericórdia, Deus se doa ao mundo e ao ser humano, para abraçar, perdoar, reconciliar, cuidar e habitar em toda a criação, e para promover a vida plenamente. Ao abrir-se e deixar-se ser interpelado por Deus, o ser humano leva a cabo uma espiritualidade que é marcada por uma mística da confiança (CC 20), que há de ser levada

Os pobres como efetividade da misericórdia de Deus

a cabo no cotidiano da vida, na qual se situa e permanece o amor de Deus pelo ser humano e por todas as suas criaturas. Decorre, então, o *Laudate Deum*, que é um louvor por todas as criaturas e um impulso missionário para que o ser humano cuide da “casa comum”, deixe-se ser cuidado pelas criaturas e estabeleça interconexões denotativas de uma “ecologia integral” (LS 137).

Essa espiritualidade remete ao encontro com Deus por meio do encontro com quem sofre. Por isso, é uma espiritualidade interpelativa à medida que desperta a sensibilidade pela dor do outro ser humano que sofre, está ferido, com sangue escoando por ter sido agredido. Essa interpelação abre o espírito de quem é interpelado(a) pelo sofredor, sensibiliza o coração e torna a mente ativa para pôr-se a pensar em um agir que seja comunicativo, acolhedor e cuidadoso para com quem sofre. Essa sensibilidade espiritual se estende para as outras criaturas da “casa comum” (LS 1), tendo profunda atenção para com a crise climática global (LD 5-18), com as espécies que estão sendo extintas por intervenções predatórias dos seres humanos, com os povos originários que possuem suas culturas autóctones, com a vida cósmica que se abre na relação de complementaridade entre todas as criaturas. Resulta, assim, que essa interpelação produz sensibilidade ao sofrimento, de modo que quem é interpelado(a) sente a dor, vê as feridas e possui uma indignação ética para com a situação do(a) sofredor(a). Ao acolher a interpelação, visualiza-se o sofrimento em sua manifestação *noemática*, que provoca a consciência *noética* a dar uma significação acerca da dor sentida, da visão referente ao sangue escoado e das chagas abertas, do grito de desespero e da ausência de sentido, do silêncio do inocente, que nem tem mais palavras para clamar e reclamar, ainda que seu silêncio possa ser uma proclamação interpelativa à práxis da misericórdia, e da Terra que grita por respeito, vida e cuidado.

Nessa espiritualidade (FRANCISCO, 2014, p. 39-45), a oração é o espaço do diálogo do ser humano com Deus, que só pode ser fecundo quando há a pobreza espiritual. De modo semelhante a Deus, que, pela mediação do filho, assumiu a carne humana e a história do mundo, o ser humano é interpelado a ser humilde para dirigir-se a Deus com simplicidade, ternura e profunda confiança em Deus e em sua potente misericórdia. Por isso, o(a) sofredor(a), ainda que possa lamentar-se – e até mesmo deixar-se ser conduzido(a) pela revolta – dirige-se a Deus para pedir-lhe aconchego e sossego, perdão e reconciliação, e, principalmente, para colocar-se nas mãos de Deus. Por sua vez, a pessoa que é interpelada pelo outro que sofre há de abrir-se a Deus, acolhendo a interpelação com ouvidos audíveis, olhos abertos e uma profunda sensibilidade corpórea para cuidar do outro com fraternidade universal, acolhedora das diferenças e potência para fazer pontes de unidade entre essas mesmas diferenças.

A práxis da misericórdia tem a misericórdia como *principium* de ação pessoal de cada ser humano e da Igreja em seu todo. A primeira forma do agir misericordioso é a compaixão, pela qual se aproxima do(a) sofredor(a) e sente a sua dor física e psíquica, derramando lágrimas, contemplando as chagas, ficando ao seu lado com palavras de consolação ou propriamente com o silêncio que se lança ao *grund* – profundo – da existência de quem sofre. Na atitude compassiva, não se tem preconceito e discriminação no âmbito pessoal nem burocracia eclesial

que impeçam o sentir a dor do outro, com o outro que sofre e geme de dores. É uma atitude de despojamento e abertura para dar-se a outro, a fim de restituir a sua dignidade de ser humano, filho(a) de Deus. Disso decorre a segunda forma do agir misericordioso, que é a solidariedade, que se caracteriza por ser o agir que propicia um salto da hermenêutica da ação, que é a ética que conduz ao gesto de ajuda, que propicia a elevação da dignidade humana e da própria Terra. Por meio da solidariedade, as forças são conjugadas, a potência se torna maior e as possibilidades do *novum* na vida se ampliam, trazem à tona a esperança, enquanto é movimento acerca daquilo que se espera. Assim como na compaixão, não há solidão na solidariedade, mas um agir ético realizado comunitariamente, que beneficia o(a) sofredor(a), que denota empenho pela justiça, compreendida como equidade e boa medida, e que aponta o horizonte da beleza e da plenitude da vida (FT 87-127).

A terceira forma da práxis da misericórdia é a justiça, que se contrapõe à injustiça presente nas estruturas sociais, que resgata o valor equitativo do salário do trabalhador e da dignidade do seu trabalho, que exorta a construção de uma economia que não tenha o mercado como seu centro para ser idolatrado, mas que seja uma economia de inclusão social e de comunhão entre as pessoas. Essa justiça é que possibilita que a política não seja a de interesse próprio nem de corrupção das instituições de ordenamento social e jurídico, mas que propicia uma política de centralidade do bem comum e preocupada com a dignidade de todos os seres humanos, especialmente no âmbito da saúde, da educação, da moradia, da segurança pública, e do respeito e resgate das culturas autóctones e originárias.

A quarta forma da práxis de misericórdia é a do empenho pela fraternidade universal, em que discriminações e preconceitos étnicos, culturais, religiosos e de gênero são superados, para dar espaço à fraternidade universal, denotativa da “amizade social”, cuja presença se efetiva nas relações interpessoais e nas relações entre os povos, tendo em vista uma cultura mundial da paz, porque os seres humanos são “*fratelli tutti*” (FT 1). A fraternidade universal só é possível quando se compreende que a sua universalidade é concreta em cada realidade histórica dos seres humanos. Por isso, é de fundamental importância que o diálogo, compreendido como um processo comunicativo que propicia falar e escutar por parte de todos(as) os(as) envolvidos(as) e que tem o consenso como resultado final, seja efetivado para que a humanidade veja a si mesma como família e seus membros se sintam irmãos uns dos outros. Um diálogo fecundo exige alteridade no processo comunicativo e, por conseguinte, liberdade, respeito e corresponsabilidade para tornar o diálogo imbuído de credibilidade, e um elemento de ação que contribui e conduz à fraternidade (FT 198-224). Outra exigência da universalidade da fraternidade é a ternura (ROCCHETTA, 2002), a qual impulsiona a ação serena e cuidadosa, elimina o ódio, o qual por vezes se institucionaliza e não possui fim nem para a humanidade nem mesmo para a Igreja. É pela ternura que se supera a “violência institucionalizada” das ações e regimes políticos autoritários, e é ela que desarma o ser humano da ambição do poder e do dinheiro, e a Igreja de corromper a sua missão e o seu *status*

Os pobres como efetividade da misericórdia de Deus

spiritualis e *modus vivendi* de ser a Igreja da misericórdia (FRANCISCO, 2014, p. 79-92), preocupada e ocupada com a periferia da existência, com os refugiados e todos os pobres da terra, para ser uma Igreja dos pobres, sendo pobre e com os pobres.

A quinta forma da práxis da misericórdia é a do cuidado, categoria filosófica que se aproxima da solicitude, do zelo, da atenção. O cuidado evoca a solicitude que o pobre marginalizado e oprimido coloca em ação, de modo que cada ser humano e a própria Igreja são provocados a dar atenção à solicitação. A solicitude pode ocorrer pelo clamor à promoção da vida em todas as suas dimensões, exigindo atenção e zelo para a superação da injustiça, do ódio, da violência e de todo elemento que fere a dignidade do ser humano. O cuidado exige um “desenvolvimento integral” (PP 5) do ser humano, primando pela sua “libertação integral” (GUTIÉRREZ, 1990, p. 29), pelo zelo aos seus direitos fundamentais, incluindo a sua conexão com a “casa comum”. Por isso, o cuidado evoca uma “ecologia integral” (LS 137-162), em que os seres humanos possuem conexão entre si e interconexão com os outros entes, pois a casa é de todas as outras criaturas também e dos entes que os próprios seres humanos criaram, levando a cabo a sua condição de “imagem e semelhança de Deus” (Gn 1,26-27) e de parceiro de Deus na criação, enquanto contribui à *creatio continua*.

A misericórdia é efetivada também no modo de fazer teologia, que se constitui em teoria da fé cristã que erradica a sua universalidade na realidade concreta do ser humano e do mundo. Por isso, o conceito de teologia como *sapientia* (VG 3), tão perspicaz na tradição patrística, propicia à teologia uma conjugação estreita com o mistério divino à medida que, biblicamente, a *sapientia* é divina, por preexistir com Deus, e possui incidência histórica, por ser a mediadora da criação e por assumir a carne humana, em toda a sua história dramática, marcada por sofrimento e por dádiva. Ao fazer esse movimento de encarnação na vida humana, a *sapientia* assume radicalmente a dramática do ser e do mundo, compadecendo-se dessas realidades, movimentando-se solidariamente para que haja fraternidade, justiça e paz. Por isso, enquanto *sapientia*, a teologia é um *scientia fidei* situada na *realitas* do mundo, cujo caráter doxológico da fé é desenvolvido no estabelecimento da relação de Deus com o mundo e, para ser ainda mais concreto e real, entre Deus e *locus* dos pobres no mundo, pois este é o *locus* escolhido por Deus para se revelar em sua universalidade (GONÇALVES, 2020a).

Da doxologia da fé, emerge o *intellectus fidei*, tão próprio da teologia, que se apropria dos dados da fé, presentes na Escritura e na Tradição, decifrando-os hermeneuticamente e articulando-os com a história contemporânea do mundo a partir dos pobres. Esse processo de fazer teologia exige sensibilidade misericordiosa denotativa de pobreza espiritual, que permite ao(a) teólogo(a) ter humildade para se compadecer e se solidarizar com os pobres. Com essa pobreza, o(a) teólogo(a) se apropria da Escritura e da Tradição para operacionalizar o *auditus fidei*, em sua literalidade e espiritualidade. Por isso, urge a demanda da utilização das mediações da filosofia e das ciências, visando compreender a realidade da fé em seu contexto e sua mensagem textual, visando atualizar essa letra em seu espírito que incide na história

contemporânea do mundo. Pela mediação da filosofia, concebida em suas vertentes hermenêutica, metafísica, fenomenológica e social, tem-se a possibilidade de compreender e interpretar o sentido radical e último da realidade histórica do mundo do texto e do mundo contemporâneo. Pela mediação das ciências, tem-se a possibilidade de compreender a realidade conjuntural e regional do ser humano situado nesses mundos, em suas dimensões religiosa, cultural, política, econômica e social. Com a mediação da filosofia e das ciências, a realidade última e conjuntural é trazida à tona para que o(a) teólogo(a), iluminado(a) pela fé, efetive a hermenêutica teológica que conduz à práxis histórica da misericórdia.

Desse processo de intelectualidade da fé, tem-se uma teologia, que é iluminada pela misericórdia à medida que é sensível às interpelações provenientes da própria doxologia da fé, atem-se à realidade do mundo do texto da Escritura e da Tradição e a articula com o mundo dos pobres, que é o *locus* privilegiado da revelação e, por conseguinte, o canal de atualização da revelação no mundo contemporâneo. Esse modo de fazer teologia, principiado na misericórdia, que produz compaixão, solidariedade, fraternidade, justiça e paz, é imbuído de um *intellectus fidei* que é um *intellectus misericordiae et amoris et iustitiae*, pois a misericórdia se identifica e se radica como amor, que, por sua vez, é o motor de efetividade da justiça. Nesse sentido, a teologia haverá de apresentar a concretização da misericórdia no amor e na justiça, evocando a compaixão, a solidariedade e a fraternidade ao pensar Deus, o ser humano e a Igreja. Dessa forma, conceituará Deus, ser humano e Igreja, com a devida argumentação teológica, respectivamente como o Deus da vida – pobre com os pobres, compassivo e libertador – pessoa compassiva e solidária, e a Igreja da misericórdia, fiel a Deus, cujo nome é “misericórdia” (FRANCISCO, 2016).

Ao desenvolver a eclesiologia, a teologia da misericórdia explicita que a Igreja da misericórdia é efetivamente uma “Igreja pobre para os pobres” (FRANCISCO, 2014, p. 81), a qual assume a carne de Cristo, presente na carne dos pobres, sendo a Igreja que acolhe e serve, efetivando a misericórdia como compaixão, solidariedade, cuidado e empenho pela fraternidade, justiça e paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se, neste artigo, analisar teologicamente a efetividade da categoria misericórdia, evocada pelo papa Francisco, no lugar dos pobres, compreendidos em sua tríade epistemológica: materialidade, espiritualidade e compromisso. Justificou-se esse objetivo a misericórdia ser um princípio teológico, a exaltação do *locus* dos pobres para fazer teologia, e sua condição em ser um lugar de eficácia da misericórdia para afirmar que o nome de Deus é misericórdia, que o ser humano há de ser pessoa misericordiosa e que a Igreja é toda misericórdia.

Ao se tornar eficaz e efetiva no *locus* dos pobres, a misericórdia se mostra como a categoria que é própria de Deus, que o adjectiva com os atributos da compaixão, da

Os pobres como efetividade da misericórdia de Deus

solidariedade, de ternura, do cuidado, da paz em toda conotação histórico-escatológica, e incide nas realidades do mundo, do ser humano e da Igreja de Cristo. Por isso, a misericórdia não se efetiva sem se situar no *locus* dos pobres, compreendidos em sua materialidade, espiritualidade e responsabilidade ética. E ainda, a misericórdia encontra na pobreza o seu espaço habitacional, porque a vivência da misericórdia exige a humildade, a sensibilidade para a alteridade, a consciência para uma ecologia integral, a disponibilidade para servir.

É pela misericórdia, marcada pelo espírito da pobreza, que a compaixão se torna um acontecimento de sentir a dor do outro, em que a solidariedade é o movimento de ajuda terna e cuidadosa a quem está ferido(a), em que há o empenho pela justiça social, moral, jurídica, econômica e política, em que se constrói uma cultura da paz denotativa da comunhão dos povos, de relações interpessoais fraternas e de uma ecologia integral, em que Deus não é o mero ente supremo, mas aquele que habita na criação, feita, abençoada e santificada por sua presença e que repousa no amor, que é sempre a misericórdia em ação. ✨

REFERÊNCIAS

BENTO XVI. Sessão inaugural dos trabalhos da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe: discurso do papa Bento XVI. **Santa Sé**, 13 maio 2007. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20070513_conference-aparecida.html. Acesso em: 28 fev. 2024.

BOFF, Clodovis; PIXLEY, Jorge. **Opção pelos pobres**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BORGHESI, Massimo. **Jorge Mario Bergoglio: uma biografia intelectual**. Petrópolis: Vozes, 2018.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição dogmática *Lumen gentium*: sobre a Igreja. **Santa Sé**, 21 nov. 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 28 fev. 2024.

EPISCOPADO LATINOAMERICANO. **Conferencias generales**: Río de Janeiro, Medellín, Puebla, Santo Domingo. Documentos pastorales: introducción, textos, índice temático. Santiago: San Pablo, 1993.

FRANCISCO. **A Igreja da misericórdia**: minha visão para a Igreja. São Paulo: Schwarcz, 2014.

FRANCISCO. **Carta encíclica Fratelli tutti**: sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.

FRANCISCO. **Carta encíclica Laudato si'**: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus; Loyola, 2015.

FRANCISCO. **Constituição apostólica Veritatis gaudium**: sobre as universidades e as faculdades eclesiais. Brasília: Edições CNBB, 2018.

FRANCISCO. **Exortação apostólica C'est la confiance**: sobre a confiança no amor misericordioso de Deus. São Paulo: Paulus, 2023.

FRANCISCO. **Exortação apostólica Evangelii gaudium**: ao episcopado, ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.

FRANCISCO. **Exortação apostólica Laudate Deum**: sobre a crise climática. Brasília: Edições CNBB, 2023.

FRANCISCO. Misericordiae vultus: bula de proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia. **Santa Sé**, 11 abr. 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco_bolla_20150411_misericordiae-vultus.html. Acesso em: 28 fev. 2024.

FRANCISCO. **O nome de Deus é misericórdia**: uma conversa com Andrea Tornielli. São Paulo: Planeta, 2016.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. **Liberationis mysterium**: o projeto sistemático da teologia da libertação – um estudo teológico na perspectiva da regula fidei. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 1997.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. Identidade e sabedoria: a reflexão teológica como veritatis gaudium. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, ano 28, n. 95, p. 88-113, jan/abr. 2020a. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/47216/pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. Pensar Deus “hoje” à luz da hermenêutica niilista. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 60, n. 2, p. 517-532, maio/ago. 2020b. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/4085/pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. Teologia da libertação: um estudo histórico-teológico. In: SOUZA, Ney de (Org.). **Temas de Teologia latino-americana**. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 167-209.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **La verdade los hara libres**. Salamanca: Sígueme, 1990.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teología de la liberación**, Lima: CEP, 1971.

JOÃO XXIII. Radiomessaggio ai fedeli di tutto il mondo, a un mese dal Concilio Ecumenico Vaticano II. **A Santa Sé**, 11 set. 1962. Disponível: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/it/messages/pont_messages/1962/documents/hf_j-xxiii_mes_19620911_ecumenical-council.html. Acesso em 11 jun. 2024.

JOÃO PAULO II. Carta encíclica Sollicitudo rei socialis: pelo vigésimo aniversário da encíclica Populorum progressio. **Santa Sé**, 30 dez. 1987. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html. Acesso em: 28 fev. 2024.

PAGLIA, Vincenzo. **Storia dei poveri in Occidente**: indigenza e carità. Milão: Rizzoli, 1994.

PAULO VI. Carta encíclica Populorum progressio: sobre o desenvolvimento dos povos. **Santa Sé**, 26 mar. 1967. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html. Acesso em: 28 fev. 2024.

PIXLEY, Jorge. **O Deus libertador na Bíblia**: teologia da libertação e filosofia processual. São Paulo: Paulus, 2011.

Os pobres como efetividade da misericórdia de Deus

RICOEUR, Paul. **Autrement:** lecture d'autrement qu'être ou au-delà de l'essence d'Emmanuel Lévinas. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

ROCCHETTA, Carlo. **Teologia da ternura:** um “Evangelho” a descobrir. São Paulo: Paulus, 2002.

SOBRINO, Jon. **El principio misericórdia:** bajar la cruz a los pueblos crucificados. Santander: Sal Terrae, 1992.

Recebido em: 06/03/2024.

Aceito em: 10/06/2024.